IDENTIDADE E IDENTITARISMO NA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: TENSÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL

Mariah Victorya dos Santos (PIBIC-AF-IS/CNPq/FA/UEM), Murilo dos Santos Moscheta (Orientador). E-mail: msmoscheta3@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências humanas, Psicologia e Psicologia Social

Palavras-chave: filosofia política; psicologia social; subjetivação.

RESUMO

Este estudo analisa criticamente a obra *O que é identitarismo?*, de Douglas Barros (2024), investigando como o identitarismo se configura enquanto racionalidade política e de gestão das diferenças no capitalismo neoliberal. O objetivo é examinar os limites dessa configuração para a emancipação social e suas implicações na Psicologia Social contemporânea. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, pautada no exame crítico e no fichamento da obra, articulando a obra a interlocutores da tradição marxista, do pensamento decolonial e da psicanálise. Os resultados e a discussão apontam para uma distinção fundamental entre movimento identitário, fundamentado em opressões históricas materiais, e identitarismo, que reduz a política a disputas por representação e reconhecimento simbólico. Demonstra-se que o identitarismo opera como tecnologia de gestão burocrática das diferenças, neutralizando o potencial de transformação estrutural e arriscando psicologizar conflitos sociais. Conclui-se que a distinção entre identitarismo e identidade é ferramenta necessária à Psicologia Social, que deve afastar-se de abordagens que essencializem a identidade como horizonte final e articular subjetividade, materialidade e práxis emancipatória.

INTRODUÇÃO

O debate público contemporâneo sobre identitarismo tem sido marcado por uma sobreposição frequente entre dois fenômenos que, embora relacionados, não podem ser tratados como sinônimos: os movimentos identitários e o identitarismo. Os movimentos identitários (movimento negro, feminista, LGBTQIAPN+, entre

outros) se organizam a partir de experiências concretas de opressão, decorrentes de posições historicamente ocupadas nas relações sociais de exploração, exclusão e violência (BARROS, 2024, p. 15, 18). Suas reivindicações respondem a desigualdades reais e não podem ser reduzidas a uma forma de identitarismo.

O identitarismo, por sua vez, não se define pela existência da identidade, mas pelo modo como ela passa a funcionar politicamente: quando deixa de ser ponto de partida da análise social e passa a ser ponto de chegada, fundamento último da legitimidade política (BARROS, 2024, p. 16, 26). Um movimento identitário pode mobilizar uma identidade política sem cair em identitarismo, como quando denuncia o racismo estrutural para revelar uma estrutura social a ser transformada. A postura identitarista surge quando a identidade passa a definir quem pode ou não participar do debate político, quando o reconhecimento simbólico se torna mais relevante do que a transformação das condições materiais, e quando o pertencimento identitário substitui a análise das condições concretas de existência (BARROS, 2024, p. 23, 28, 150).

Essa tensão ganhou centralidade em um cenário de disputa epistemológica intensa, no qual o próprio conceito de identitarismo passou a ser mobilizado como ferramenta de contra-ataque a movimentos que buscam deslegitimar identidades historicamente invisibilizadas. Nesse contexto, observa-se a junção entre o pensamento político reacionário — que busca reverter transformações sociais recentes em nome de um passado idealizado — configurando o chamado reacionário sagrado: grupos que utilizam o registro do "sagrado" para legitimar agendas ultraconservadoras e restaurar a influência de instituições religiosas na esfera pública — dualidade que o próprio Barros situa dentro do identitarismo, ao distinguir uma vertente "progressista laica" de uma vertente "reacionária sagrada" (BARROS, 2024, p. 185).

É nesse cenário que se situa o problema central deste trabalho: compreender os discursos teóricos contemporâneos críticos ao uso político da identidade. A obra O que é identitarismo?, de Douglas Barros (2024), apresenta-se como principal referência para essa discussão (BARROS, 2024, p. 141). Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar criticamente, a partir da leitura da referida obra, como o identitarismo se configura enquanto racionalidade política específica de gestão das diferenças, buscando compreender os limites que essa configuração impõe à potência emancipatória das lutas identitárias e as implicações desse debate para a Psicologia Social contemporânea.

MATERIAIS E MÉTODOS – REVISÃO DE LITERATURA

Este trabalho consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa, tendo como obra principal O que é identitarismo?, de Douglas Barros (2024). A escolha por uma abordagem bibliográfica se justifica pelo próprio objetivo

do estudo, que busca uma análise crítica e à sistematização dos argumentos apresentados pelo autor acerca da relação entre identidade, identitarismo e transformação social.

Em um primeiro momento, realizou-se a leitura integral da obra, seguida pelo estudo aprofundado dos conceitos centrais mobilizados pelo autor (identidade, identitarismo, subjetivação). A partir dessa leitura, foi produzido um fichamento detalhado da obra, contemplando os dados bibliográficos, o problema central, a tese principal, os conceitos-chave, os principais interlocutores teóricos mobilizados pelo autor e as implicações da obra para a Psicologia Social. Paralelamente, foram elaboradas questões norteadoras para a discussão, como a distinção entre identitarismo e movimento identitário e o alcance das agendas dos movimentos identitários para além da representação e do reconhecimento.

Além da leitura da obra de Barros, integraram-se aos materiais de pesquisa anotações de discussão sobre conceitos correlatos (como o de "reacionário sagrado") e artigos sobre o tema encontrados em base de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura da obra permite organizar os resultados em torno de três eixos analisados a partir do esforço argumentativo do autor. Primeiro, Barros se dedica, ao longo da obra, a estabelecer uma distinção entre identitarismo e movimento identitário: para o autor, o movimento identitário responde a desigualdades reais produzidas por condições históricas de dominação, enquanto o identitarismo designa o modo como a identidade passa a funcionar como critério absoluto de legitimidade política (BARROS, 2024). Para ilustrar essa captura, o autor recorre a exemplos concretos, como slogans de cunho reacionário ("Make America great again", "Pátria amada, Brasil"), que, segundo ele, expressam um imaginário identitário que reage à presença de identidades historicamente excluídas como se fossem concorrentes por um lugar social perdido (BARROS, 2024, p. 187).

Segundo, para Barros, a agenda dos movimentos identitários vai além da representação e do reconhecimento: é o identitarismo, e não os movimentos em si, que reduz essas lutas à disputa institucional por visibilidade (BARROS, 2024). Nesse ponto, o autor distingue duas modalidades do mesmo mecanismo de gestão da diferença: um "identitarismo progressista", que se limitaria à espera da judicialização de demandas específicas, e um "identitarismo reativo-sagrado", voltado à restauração de um mundo perdido (BARROS, 2024) — distinção que, para ele, reforça que se trata de uma racionalidade de gestão do capitalismo em crise, e não de uma pauta exclusiva de um campo político (BARROS, 2024).

Terceiro, a obra convida a Psicologia Social a repensar o risco de psicologizar conflitos estruturais, deslocando a análise das condições materiais para

o plano das experiências individuais de reconhecimento, como na crítica de Barros à generalização do discurso terapêutico como resposta individual a problemas coletivos (BARROS, 2024).

Cabe, porém, situar essa proposta de forma crítica: Leandro Colling (2025), ao mapear os "novos discursos críticos às identidades", situa a obra de Barros nesse mesmo debate, ressalvando que o autor "só aparentemente se diferencia" de críticos mais abertamente conservadores (COLLING, 2025, p. 232). Isso reforça que a própria categoria "identitarismo", mesmo mobilizada com intenção emancipatória, corre o risco de ser apropriada para deslegitimar pautas identitárias legítimas.

CONCLUSÕES

A leitura de O que é identitarismo? permitiu compreender o identitarismo não como sinônimo dos movimentos identitários, mas como uma racionalidade específica de gestão política da diferença, que desloca a luta social do enfrentamento estrutural para a disputa por reconhecimento e representação. A obra de Douglas Barros oferece, assim, uma chave crítica relevante tanto para pensar o cenário político contemporâneo, que é marcado pela disputa entre um identitarismo progressista-laico e um identitarismo reacionário-sagrado, quanto para provocar a Psicologia Social a repensar seus próprios usos das categorias identitárias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, à Fundação Araucária e à Universidade Estadual de Maringá pelo financiamento concedido por meio do Programa PIBIC – Ações Afirmativas e Inclusão Social (PIBIC-Af-IS), essencial para a realização desta pesquisa. Agradeço, também, ao Prof. Murilo dos Santos Moscheta, pelo acompanhamento e pelas orientações ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. O que é identitarismo? São Paulo: Boitempo, 2024.

COLLING, L. A emergência de novos discursos críticos às identidades: obras, pistas e hipóteses. **História Revista**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 230-252, maio/ago. 2025.